



Anais da Assembléia

Nº 37

CURITIBA, TERÇA-FEIRA, 29 DE ABRIL DE 1975

ANO I

1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 8ª LEGISLATURA

ATA DA 51ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA

REALIZADA EM 29 DE ABRIL DE 1975.

(Terça-Feira)

Presidência do Sr. Deputado Gabriel Sampaio, secretariada pelos Srs. Deputados Rosário Pitelli e Gilberto Carvalho.

À Hora Regimental, é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Paulo Camargo, Gabriel Sampaio, Del Ciel, Aguinaldo Pereira Lima, Maurício Fruet, Leopoldo Jacomel, Accioly Netto, Adalberto Daros, Alfredo Gulin, Antonio Facci, Aragão de Mattos Leão, Basílio Zanusso, Dácio Leonel, David Federmann, Deni Schwartz, Domício Scaramella, Edilson Alencar, Enéas Faria, Ernesto Dal'Oglio, Ernesto Gnoato, Fabiano Braga Cortes, Francisco Escorsin, Gabriel Manoel, Gilberto Carvalho, Hélio Manfrinato, Ivan Rüppel, Jorge Sato, Lázaro Dumont, Lineu Turra, Lúcio Machado, Luiz Alberto Oliveira, Luiz Roberto Soares, Muggiati Filho, Nelson Buffara, Otássio Pereira, Quielse Crisóstomo, Rosário Pitelli, Trajano Bastos, Valter Pietrângelo, Waldenício Barbalho, Werner Wanderer, Jurandir Mesias, Nilso Sguarezi (44); achando-se ausentes os Srs. Deputados Fidelcino Toletino, Egon Pudell, Ezequias Losso, Ivo Thomazoni, Jayme Rodrigues Carvalho, João Cioni Netto, José Domingos Scarpelini, Osvaldo Macedo e Wilson Fortes. (9).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

SESSÃO EXTRAORDINÁRIA.

O SR. PRESIDENTE — Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO — procede à leitura da Ata da Sessão Extraordinária anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. PRESIDENTE — Não há Expediente a ser lido.
Passa-se à

ORDEM DO DIA.

com a presença de 44 Srs. Deputados.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução nº 27/75, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição nº 224/74, que aprova o Convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná e o Ministério da Saúde, objetivando o desenvolvimento de programa para permitir o aumento da cobertura do Grupo Materno-Infantil no Estado. Parecer **favorável** da C.C.J. — **Aprovado, artigo por artigo.**

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução nº 28/75, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição nº 229/74, que aprova Convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná e o Ministério da Saúde, objetivando estabelecer condições para execução de programas, projetos e atividades, relacionado com a Saúde Mental. Parecer **favorável** da C.C.J. — **Aprovado, artigo por artigo.**

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada, a presente sessão extraordinária, convocando outra para amanhã, dia 30, às 14,30 horas, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

3ª DISCUSSÃO — dos Projetos de Resolução nºs 27/75, 28/75.
Levanta-se a Sessão.

1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 8ª LEGISLATURA

ATA DA 52ª SESSÃO ORDINÁRIA

REALIZADA EM 29 DE ABRIL DE 1975.

(Terça-Feira)

Presidência do Sr. Deputado Gabriel Sampaio, secretariada pelos Srs. Deputados Otássio Pereira e Maurício Fruet.

À Hora Regimental, é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Paulo Camargo, Gabriel Sampaio, Del Ciel, Aguinaldo Pereira Lima, Maurício Fruet, Leopoldo Jacomel, Accioly Netto, Adalberto Daros, Alfredo Gulin, Antonio Facci, Aragão de Mattos Leão, Basílio Zanusso, Dácio Leonel, David Federmann, Deni Schwartz, Domício Scaramella, Edilson Alencar, Enéas Faria, Ernesto Dal'Oglio, Ernesto Gnoato, Fabiano Braga Cortes, Francisco Escorsin, Gabriel Manoel, Gilberto Carvalho, Hélio Manfrinato, Ivan Rüppel, Jorge Sato, Lázaro Dumont, Lineu Turra, Lúcio Machado, Luiz Alberto Oliveira, Luiz Roberto Soares, Muggiati Filho, Nelson Buffara, Otássio Pereira, Quielse Crisóstomo, Rosário Pitelli, Trajano Bastos, Valter Pietrângelo, Waldenício Barbalho, Werner Wanderer, Jurandir Mesias, Nilso Sguarezi (44); achando-se ausentes os Srs. Deputados Fidelcino Toletino, Egon Pudell, Ezequias Losso, Ivo Thomazoni, Jayme Rodrigues, Carvalho, João Cioni Netto, José Domingos Scarpelini, Osvaldo Macedo e Wilson Fortes. (9).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

SESSÃO O.

O SR. PRESIDENTE — Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO — procede à leitura da Ata da Sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO — procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

REQUERIMENTOS:

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições e na forma do Regimento Interno, REQUER, seja encaminhado à COPEL apelo no sentido de serem substituídas as lâmpadas queimadas das ruas de PORECATU.

Sala das Sessões, em 24 de abril de 1975.

a) OTÁSSIO PEREIRA

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições e na forma do Regimento Interno, REQUER seja encaminhado à FUNDEPAR apelo no sentido de que sejam fornecidas carteiras para o GINÁSIO ESTADUAL DE PORECATU.

Sala das Sessões, em 24 de abril de 1975.

a) OTÁSSIO PEREIRA

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições e na forma do Regimento Interno, REQUER, seja encaminhado ao DER, apelo no sentido de que sejam concluídos os trabalhos de asfaltamento da Rodovia Ibaiti-Ventania, a qual está paralisada.

Sala das Sessões, em 24 de abril de 1975.

a) OTÁSSIO PEREIRA

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições e na forma do Regimento Interno, REQUER, seja encaminhado à FUNDEPAR apelo no sentido de serem feitas melhorias no prédio onde funciona o GRUPO ESCOLAR "NILSON RIBAS" na cidade de FLORESTÓPOLIS.

Sala das Sessões, em 24 de abril de 1975.

a) OTÁSSIO PEREIRA

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, vem, perante V. Exa., requerer seja submetida à votação desta Casa, indicação à PARANATUR, para que esta, em caráter de urgência, providencie a construção de uma casa de banhos popular, na Estância Hidroclimática de Santa Clara, situada no Município de Guarapuava, bem como doravante figure, nos prospectos de propaganda desta, uma só denominação: **Estância Hidroclimática de Santa Clara**, e não a que se dá, às vezes — Santa Clara Estância Hidroclimática.

Sala das Sessões, em 28 de abril de 1975.

a) DAVID FEDERMANN

JUSTIFICATIVA:

Sabemos que o progressista Município de Guarapuava foi regiamente aquinhado pela natureza, entre outras riquezas naturais, por uma das fontes de águas mais curativas do País, conforme o atestaram exames de laboratórios especializados, pelo que ficou famosa, entre tantos que a ela recorreram, em busca da cura de seus males físicos.

Após a desapropriação da área de terras, adornada por matas frondosas e rios pitorescos, que contornam a fonte, durante o Governo do saudoso paranaense Manoel Ribas e por iniciativa insistente do ex-prefeito e ex-Deputado Antonio Lustosa de Oliveira, muito tempo se passou, até que foram ali construídas adequadas instalações de repouso, hospedagem e banhos, de inauguração recente, por parte do Governo do Estado do Paraná e sob a administração da PARANATUR.

Acontece, porém, que o luxuoso hotel e balneário, atualmente em funcionamento é só permitido aos hóspedes, por motivos alegados pela administração da estância e conforme tem sido ventilado pela imprensa, exigem preços inacessíveis às classes médias ou populares, mormente nas temporadas de maior frequência. As águas minerais de Santa Clara foram sempre usufruídas por todos os que a ela recorriam, mesmo com as precárias instalações anteriores. Agora, entretanto, não mais isso é possível, o que não é evidentemente justo. Daí a indicação para que seja construído, na Estância Hidroclimática de Santa Clara, um balneário popular, em caráter de urgência, o que faço nesta oportunidade, mormente por força das muitas queixas havidas, ante a impossibilidade antipática e desumana de não poderem usar das águas curativas os doentes menos afortunados. O poder público

com efeito, não pode arcar com o ônus dessa desumanização da Estância Hidroclimática de Santa Clara, transformada, como se diz, num retiro aprazível de milionários. Essa, em boa verdade, nunca fora a intenção dos nossos homens públicos, ontem e hoje.

Assim portanto, a construção de uma casa de banhos popular, mesmo do lado de fora do espaço reservado aos hóspedes do hotel e balneário existentes, torna-se solução prática e justa, a fim de que os economicamente débeis, não sejam privados de tratamento da saúde, nas águas minerais de Santa Clara, que sempre foram usadas sem quaisquer restrições, pelo povo da região e de distantes plagas.

Outrossim, justifico, também, se adote a denominação única e oficial de **Estância Hidroclimática de Santa Clara** e não a que, às vezes de dá, invertendo-se os termos — Santa Clara Estância Hidroclimática. Isto, por ser esta denominação, na ordem direta, da índole de nossa língua e expressão usual de nosso povo, e não por pretender eu — é óbvio — ser porta-voz de puristas do vernáculo, que soem condenar indiscriminadamente vícios de linguagem nem sempre inaceitáveis, aqui, especificamente, taxado por eles de barbarismo fraseológico ou anglicismo.

Essa — Senhor Presidente — a indicação que ora faço, naturalmente em termos de colaboração, visando resolver o problema criado com a recente inauguração da Estância Hidroclimática de Santa Clara, a qual, assim — creio eu — voltará a ser acessível, como sê-lo, a todos os filhos de Deus que dela necessitam e não possuem maiores recursos para se hospedarem em suas modernas e luxuosas instalações.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

Obedecendo mandamentos regimentais o Deputado signatário, REQUER que a Secretaria dos Negócios de Segurança, informe a esta Casa, sobre a legalidade da atitude da Patrulha Rodoviária obrigar a compra, no local, de instrumentos que porventura faltem no veículo fiscalizado.

Ocorre, Senhor Presidente, que este Parlamentar recebeu denúncias de que o Comandante da Patrulha Rodoviária sediada em Campo Mourão, obriga, sob pena de sanções impostas pela respectiva legislação, que os motoristas dos carros que não possuem extintores, comprem o equipamento de um cidadão que se instala ao lado do Pelotão de Fiscalização, portando quantia considerável de extintores.

Além do preço cobrado, exageradamente absurdo; afirmam alguns que nem todos os extintores se encontram carregados.

Há ainda a informação de que o vendedor dos extintores é parente do Chefe da Patrulha.

Sala das Sessões, em 28 de abril de 1975.

a) VALTER PIETRÂNGELO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário, respeitosamente, REQUER seja encaminhado ofício ao Exmo. Sr. Ascânio Miró Medeiros, Diretor do Departamento de Trânsito, no sentido de que seja criada uma CIRETRAN em Toledo.

A medida beneficiaria não somente o município de Toledo, mas também os municípios vizinhos para conseguir-se Carteira de Habilitação e outras facilidades que adviriam àqueles que necessitassem dos serviços oferecidos pelo Departamento de Trânsito.

Sala das Sessões, em 28 de abril de 1975.

a) EGON PUDELL

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que a este subscreve, no uso dos direitos que lhes são reservados por lei, requer seja encaminhado ao Sr. Secretário de Saúde e Bem Estar Social, através do Sr. Governador do Estado, solicitação urgente, para que se informe, o nome e endereço, bem como as pessoas físicas que a ela integra constante e referente a firma que, ficou comprovado, haver entregue à população por tempo desconhecido, leite com impurezas, prejudicial à saúde.

Sala das Sessões, em 29 de abril de 1975.

a) LÚCIO MACHADO

O SR. PRESIDENTE — Está finda a leitura do Expediente.

Concedo a palavra ao Sr. Deputado Luiz Carlos Zuk, primeiro orador inscrito para o Pequeno Expediente.

O SR. LUIZ CARLOS ZUK — Sr. Presidente e Srs. Deputados.

Anualmente o Governo da República, no dia 1º de Maio, institui em todo o território nacional um novo salário-mínimo, a vigorar para os trabalhadores brasileiros.

Existe no Brasil um órgão intersindical, de estatística e sócio-econômico que tem a abreviatura de DIESE. Este órgão do território brasileiro faz com que seja levado até Sua Excelência o Sr. Presidente da República, o índice de sobrevivência mínimo ao trabalhador brasileiro. Em uma das últimas suas publicações, este órgão tornou público de que, uma família de um trabalhador qualquer, composta de 4 pessoas, o casal e 2 filhos, precisava, neste último mês de março que findou, de uma renda de 808 cruzeiros e 69 centavos apenas, Srs. Deputados, para o custeio da sua alimentação — levantamento este feito e comprovado, foi arguido a Sua Excelência o Sr. Presidente da República, ao seu Ministro e concluiu-se de que o próximo salário-mínimo viesse a dar condições mínimas de sobrevivência ao trabalhador brasileiro.

Nós nesta oportunidade, não queremos fazer com que esta nossa fala seja entendida por outros Senhores Deputados como sendo um paliativo àquilo que falávamos em nossa campanha eleitoral — falávamos também da sobrevivência do trabalhador brasileiro e hoje, através deste órgão, tornou-se público de que não somente nós falávamos da insignificância que representa o salário mínimo. Ninguém tem condições de sobrevivência no País, com o mínimo vigente.

Queremos crer, agora, nesta antevéspera, do 1º de maio que o novo salário-mínimo venha a dar reais condições de um mínimo de sobrevivência, um mínimo de assistência não só de alimentação mas também de vestuário, de gêneros alimentícios e acima de tudo, de saúde.

Acrescenta o DIESE, de que a família mencionada, de 4 pessoas, gastando cerca de 95 por cento do salário em vigor, ou seja, o salário-mínimo de São Paulo que é de 405 cruzeiros e 90 centavos, gastaria o que necessita gastar na realidade, uma só pessoa, para sua sobrevivência. Perguntamos então: e os seus filhos, e sua esposa, enfim, a sua família como irá proceder para sobreviver?

Tradicionalmente, este órgão faz com que cheguem os reclamos populares, através de levantamento feito e neste último levantamento, a Sua Excelência o Sr. Presidente da República, e neste último chegou às mãos do mais alto mandatário da Nação a necessidade de, que para viver, neste País, o trabalhador precisa de 1 mil e 600 cruzeiros. Acredito que o decreto-lei nº 399 de 30 de abril de 1938 deferia aquele mínimo mensal, para o mínimo de alimentação que um trabalhador adulto necessita para viver, para um trabalhador em condições normais.

O órgão de estatística indica, ao Ministério do Trabalho, que, o custo de alimentação de uma pessoa somente está por volta, hoje, de 2 mil, 698 cruzeiros e 53 centavos, e partindo de gastos familiares com alimentação, o próprio DIESE apresenta

3 hipóteses para um salário mínimo ideal no território brasileiro: a primeira hipótese que este órgão indica ao Ministério do Trabalho considera que os gastos de alimentação representam 48 por cento das despesas de uma família assalariada de uma estrutura inferior, conforme pesquisas feitas, de orçamentos, que indicam ao Sr. Ministro do Trabalho e a Sua Excelência o Sr. Presidente da República, um salário-mínimo no valor de Cr\$ 1.681,00; a segunda hipótese indicada ao Ministério prevê 43 por cento, a mesma percentagem expressa no Decreto Lei nº 73.995, que determinou a última tabela do salário-mínimo que vigora no País, e o Mínimo de Cr\$ 1.450,04; a terceira hipótese, admitindo que o gasto alimentar de uma família composta de 4 pessoas some a 57 por cento do seu orçamento, somente com alimentação, fazia com que este decreto fosse na ordem de Cr\$ 1.700,00. O que queremos expor nesta Casa, aos Srs. Deputados, é que nós nos interessamos em todos os dados estatísticos oficiais de órgãos do Governo como este e queremos que o Governo tivesse a mesma atenção que tivemos.

O SR. PRESIDENTE — Está esgotado o tempo regimental concedido a V. Exa. e V. Exa. tem mais um minuto para terminar o seu pronunciamento.

O SR. LUIZ CARLOS ZUK — E queríamos que o próprio Governo, através de sua representação nesta Casa, no Congresso Nacional e no Senado da República, também olhasse com o mesmo carinho que olhamos as ações de S. Exa. o Sr. Presidente da República e Sr. Governador do Estado. Queremos traduzir, através destas nossas palavras, a nossa preocupação do trabalhador brasileiro, como acredito que os arenistas de todo o território nacional têm a mesma preocupação e quando é tornado pública a vivência do trabalhador brasileiro, queremos somar com o Sr. Presidente da República e homens do Governo, olhando com o maior carinho o paupérimo trabalhador brasileiro, que nos dão a condição, não só a nós do MDB, mas os Srs. da Arena, de ocupar cargos de deputados estaduais. Vamos olhar aquelas pessoas que como as outras merecem melhor condição de vida. — (Sem revisão do orador).

O SR. FABIANO BRAGA CORTES — Sr. Presidente, solicitaria a V. Exa. chamada nominal porque, pelo que nos consta, não há número para o presseguimento da sessão.

O SR. PRESIDENTE — O Sr. Secretário fará a chamada nominal dos Srs. Deputados.

O SR. SECRETÁRIO — (Procede a chamada nominal dos Srs. Deputados).

O SR. PRESIDENTE — Responderam a chamada 33 Srs. Deputados, há quorum para o presseguimento da sessão.

Concedo a palavra ao segundo orador inscrito no Pequeno Expediente, Sr. Deputado Domício Scaramella.

O SR. DOMÍCIO SCARAMELLA — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Apresentamos há dias passados um requerimento em termos de apelo a S. Exa. o Sr. Governador, da possibilidade de sustar qualquer aumento elaborado pela Companhia Mista em que o Governo do Estado tem atribuições.

Hoje, temos o prazer de apresentar um projeto de lei que vem colaborar com este nosso pronunciamento e já com apoio de um grande número dos Srs. Deputados. Projeto de Lei que terei o prazer de fazer a leitura. (Lê):

“PROJETO DE LEI Nº 49/75

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1º — É vedado às Companhias de Economia Mista, das quais o Governo do Estado participe como acionista majoritário, quer diretamente, quer através de seus órgãos, fundações,

autarquias ou outras sociedades de economia mista, incluir em seus estatutos dispositivos prevendo a participação de seus diretores, a qualquer título nos lucros que porventura produzirem.

Art. 2º — Os proventos totais pagos, a qualquer título, a diretores da Sociedade de Economia Mista Não poderão ser superiores, em nenhuma hipótese, aos que forem atribuídos aos Secretários de Estado.

Art. 3º — As Companhias de Economia Mista, de cujos estatutos constarem dispositivos prevendo a participação de seus diretores nos lucros que eventualmente produzirem, deverão alterar seus estatutos, excluindo os dispositivos sobre a participação de diretores, em seus lucros, dentro do prazo de 90 (noventa) dias contados da data da publicação da presente lei.

Parágrafo único — As disposições acima aplicam-se, por igual, às Companhias de Economia Mista de natureza municipal, que tenham o Município como seu maior acionista.

Art. 4º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 29 de abril de 1975.

a) DOMÍCIO SCARAMELLA

JUSTIFICATIVA:

O exercício de cargos públicos, em qualquer escalão, deve ser encarado como um serviço e um ônus que se impõe, em benefício da coletividade, aos cidadãos que possuem suficientes espírito público para prestá-los. As e suportá-los responsabilidades de diretores de Companhias de Economia Mista, por maiores que possam ser, não podem ser consideradas mais graves do que as suportadas por outros titulares de cargos públicos, como por exemplo, os dignos Secretários de Estado.

Via de regra, os diretores de Companhias de Economia Mista estatais não participam ponderavelmente de seu capital, não correndo, conseqüentemente, os riscos que a estão sujeitos os diretores das Sociedades Anônimas particulares, das quais os diretores são grandes acionistas ou detentores da maioria do seu capital, fato que justifica a sua participação nos lucros que produzem.

Os detentores de funções e cargos públicos, segundo a filosofia da Revolução, não devem ser participantes das receitas e lucros do Governo, tanto assim que dispositivo foi incluído em nossa Constituição, nossa Carta Magna, vedando a participação de funcionários em multas, o que vale dizer não ser justa qualquer outra remuneração que não sejam os proventos normais dos exercidos por qualquer serventário, permanente ou transitório.

Grande número de Companhias Mistas estatais não prevêm, em seus estatutos, qualquer participação de diretores em seus resultados".

Sr. Presidente, é esse o nosso projeto, com o apoio de grande número dos Srs. Deputados que se encontra nesta Casa. E tenho certeza, Sr. Presidente, Srs. Deputados, é um projeto em que irá haver muitas discussões, mas nós estamos procurando para que haja um paradeiro nesta inflação desenfreada em nosso País e que o nosso Estado deu uma demonstração de primeira mão, para que o povo seja beneficiado pelos órgãos do Governo.

Era só. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao terceiro orador inscrito, Sr. Deputado Lúcio Machado.

O SR. LÚCIO MACHADO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Ocupo esta Tribuna por alguns instantes para levar a esta Casa uma notícia que já é, a esta altura, por demais conhecida não só de Curitiba, a cidade, cuja população foi prejudicada, mas de todo o Paraná.

Trata-se, Sr. Presidente, Srs. Deputados, do caso relacionado com o leite contaminado que foi entregue à população curitibana, e que a Secretaria de Saúde Pública, ao receber a denúncia formulada por alguém, reuniu o corpo técnico de

apreciação do produto, juntamente com o Sr. Secretário da Saúde. E nos jornais de ontem, foi publicado que S. Exa. o Sr. Secretário já descobriu a firma que entregava à população de Curitiba, o leite contaminado.

Face ao acontecido, face à descoberta por parte daquela autoridade do Governo, a Câmara Municipal, através de um dos Vereadores, ontem pedia que se oficiasse ao Sr. Secretário solicitando que informasse o nome da firma que vendia à população curitibana, o leite contaminado, o leite envenenado.

Entretanto, a Presidência da Câmara Municipal vetou o requerimento, dizendo que era atribuição da Assembléia Legislativa, através dos Srs. Deputados, a formalização desta indagação.

Daí, Sr. Presidente, uso da Tribuna para neste instante dizer que entrarei com um requerimento na sessão de hoje pedindo que, com urgência, o Sr. Secretário forneça, para conhecimento desta Casa e principalmente do povo curitibano, o nome da firma que vende à população leite contaminado por um período que não se sabe de quanto tempo, porque quando o crime chega a ser descoberto, já muitas vítimas foram feitas.

É preciso que se combata o abuso que se comete neste País, indicando o nome dos que participam criminosamente na destruição da própria saúde do povo, visando o aumento de seu próprio capital.

O Sr. Secretário da Saúde, homem afeito aos interesses comuns do povo, tenho a certeza de que não demorará a oficial a Casa o nome da firma que cometeu este crime contra a população curitibana.

Entrarei com um requerimento em breve. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao quarto orador inscrito, Sr. Deputado Adalberto Daros.

O SR. ADALBERTO DAROS — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Ocupou a Tribuna o Deputado Lúcio Machado que se referiu ao problema que preocupa a população, não só de Curitiba, mas de todo o Paraná, em face das notícias divulgadas pelo rádio, jornais e TV.

Assim sendo, Sr. Presidente, queremos encaminhar à Casa, com a aquiescência do Deputado Lúcio Machado, se nos der a honra de assinar também o seguinte Requerimento. Lê:

"Senhor Presidente.

Face às denúncias veiculadas pela imprensa, de que o leite "in natura" distribuído nesta Capital e no interior do Estado para consumo, sob diversas marcas, vem apresentando graves irregularidades em sua composição, constituindo-se em sério risco para a saúde da população, a Secretaria da Saúde e Bem Estar Social, juntamente com o DIPOA e DEMA, órgãos fiscalizadores dos produtos de consumo, têm, em reuniões conjuntas com os proprietários de usinas de leite, procurando solucionar os problemas que envolvem o produto, resguardando assim, a saúde do povo, que é a suprema lei.

Sabe-se que exames bacteriológicos foram procedidos no produto, constatando-se, efetivamente, segundo as próprias autoridades sanitárias a presença de elementos estranhos em sua composição, tornando-o, conseqüentemente, impróprio para o consumo.

O Sr. Secretário da Saúde, e Bem Estar Social quando da penúltima reunião com os produtores de leite, advertiu-os sobre as conseqüências que adviriam sobre a classe, se tais irregularidades persistissem com esse importante e indispensável alimento após o prazo que lhes deferia, na ocasião, para saná-las.

Agora, todavia, decorrido aquele prazo e realizada a última reunião, a população toma conhecimento, através dos jornais e televisão, de terem as autoridades sanitárias resolvido INTERDITAR a presença de uma das marcas de leite no mercado, em razão de continuar o produto oferecendo perigo à saúde pública.

É estranhável, entretanto, que a Secretaria de Saúde e Bem

Estar Social tenha deixado de informar qual a marca do leite INTERDITADO, causando, sem dúvida alguma, preocupação à população que continua, necessariamente, a adquirir esse produto, porém, sem a certeza que não está consumindo aquele que fora julgado érgico para a saúde.

Ante o exposto, e para que a população se acatele e, se tranqüilize, requeiro sejam solicitadas ao Sr. Secretário da Saúde e Bem Estar Social, através do Chefe do Poder Executivo, as informações seguintes:

a) — O leite "in natura" que é oferecido por diversas usinas, sob diversas marcas, para consumo da população, foi objeto de análises pela Secretaria de Saúde e Bem Estar Social e DIPOA e DEMA?

b) — Os resultados apresentados são de molde a permitir que o produto continue a ser consumido, sem perigo, pela população?

c) — Houve algum resultado que determinasse a interdição do produto para consumo?

d) — Vê a Secretaria inconveniente na divulgação desses resultados para conhecimento do público? Quais?

e) — Em caso contrário, informar qual a marca do leite INTERDITADO.

Sala das Sessões, em 29 de abril de 1975.

aa) ADALBERTO DAROS
LÚCIO MACHADO

Era só, Sr. Presidente. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao Sr. Deputado Gabriel Manoel, quinto orador inscrito.

O SR. GABRIEL MANOEL — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Estamos, novamente, assomando à Tribuna para enviar um requerimento a S. Exa. o Sr. Governador do Estado, pois que este Governo tem se destacado pela vontade de trabalhar pelo Paraná, com a ajuda de seu povo.

Sr. Presidente, vou proceder à leitura do meu requerimento a fim de que a Casa tome conhecimento do mesmo. Eis que o nosso requerimento visa apelar a S. Exa. o Sr. Governador, que a estrada que liga Jaguariaíva-Cerro Azul seja asfaltada, porque naquela região até agora inexplorada, existem inúmeras jazidas de calcários, tão necessários para o progresso do Paraná, e quiçá do Brasil. (Lê):

"Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas, e na forma regimental, requer, consultado o Plenário, seja encaminhado por intermédio da douta Mesa, expediente dirigido ao Exmo. Sr. Governador do Estado, contendo apelo no sentido de que S. Exa. dentro do plano rodoviário do Estado, considere prioritária a construção do trecho Jaguariaíva-Cerro Azul, da Rodovia PR-092, e determine as medidas necessárias à sua concretização dentro do menor prazo possível, considerando-se de que se trata de estrada de significativa importância econômica e social para aquela região, onde, além de outras fontes de riqueza, existem grandes jazidas de calcário que estão inexploradas ainda, por falta de uma rodovia que possibilite o escoamento das produções.

Sala das Sessões, em 29 de abril de 1975.

a) GABRIEL MANOEL".

O SR. PRESIDENTE — Encerrado o Pequeno Expediente, passa-se ao Grande Expediente. Concedo a palavra ao primeiro Orador inscrito, Sr. Deputado Lúcio Machado.

O SR. LÚCIO MACHADO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Vimos nesta oportunidade à Tribuna, para render nosso tributo de homenagem ao DESP, pela publicação que se encontra hoje no "Estado do Paraná", onde aquele Departamento do Governo esclarece que estudos estão sendo feitos no sentido de

coibir o abuso constante que se faz, no uso dos carros oficiais do Estado.

Aliás, a nosso ver, a medida há muito já deveria ser tomada.

Temos visto na constância de todos os dias, principalmente nos Departamentos de Serviço deste Governo, espalhados pelos quatro cantos do Estado do Paraná, que os Chefes desses Departamentos inclusive com maior destaque, servem-se dos veículos pertencentes ao Estado para as pescarias domingueiras, para os passeios constantes e para o lazer de semanas inteiras.

Sabemos que todo o capital aplicado para a movimentação de máquina administrativa é dinheiro do povo.

Venho dar o nosso apoio e a nossa admiração. Tem este Departamento as nossas congratulações pela tomada de posição.

Mas, que esta tomada não fique simplesmente em notícia, porque o povo do Paraná quer ver mais do que isto, o povo Paranaense quer mais justiça por parte do Governo, quer ver mais atendimento, atendimentos estes que só chegarão com a economia do dinheiro público, que é do povo do Paraná.

Era o que tinha a esclarecer, Sr. Presidente. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 44 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, Projeto de Lei de autoria do Sr. Deputado Domício Scaramella, lido da Tribuna. Devidamente apoiado. — Irá à Comissão de Constituição e Justiça.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

3ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução nº 01/74, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição nº 258/73 que aprova Convênio celebrado entre o Ministério de Educação e Cultura, através do Departamento de Ensino Fundamental, a Secretaria de Estado da Educação e Cultura e o Conselho Estadual de Educação do Estado do Paraná, para Assistência Técnica aos Sistemas de Ensino e Planejamento Educacional. Pareceres favoráveis da C.C.J., C.F. e C.I.P. — **Aprovado.**

3ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução nº 27/74, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição nº 118/74 que aprova Convênios celebrados entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria de Segurança Pública com os municípios de Bocaiuva do Sul, Icaraima e Quedas do Iguaçu, objetivando o fornecimento de equipamentos para as Delegacias de Polícia locais, mediante dotações e verbas que especifica. Pareceres favoráveis da C.C.J., C.F. e C.I.P. — **Aprovado.**

3ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução nº 05/75, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição nº 226/74, que aprova Convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria de Segurança Pública com os municípios de Gal. Carneiro e Inácio Martins, objetivando fornecimento de equipamentos às Delegacias de Polícia locais, aplicando dotações e verbas que especifica. Parecer favorável da C.C.J. — **Aprovado.**

3ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução nº 13/75, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição nº 09/75 que aprova convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná através da Secretaria de Estado dos Negócios da Segurança Pública e os municípios de Matinhos e Nova Esperança, objetivando fornecimento de equipamentos para as Delegacias de Polícia locais, mediante aplicação de dotações e verbas que especifica. Parecer favorável da C.C.J. — **Aprovado.**

3ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei nº 165/74, de autoria do Deputado Igo Losso, que declara de Utilidade Pública a Associação da Escola Internacional de Curitiba, com sede e foro nesta Capital. Parecer favorável da C.C.J. — **Aprovado.**

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei nº 118/74, de autoria do Deputado Ivo Thomazoni, que autoriza o Poder Executivo declarar de Utilidade Pública a Academia Feminina de Letras do Paraná, com sede nesta Capital. Parecer **favorável da C.C.J.** — **Aprovado, artigo por artigo.**

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei nº 139/74, de autoria do Deputado Ivo Thomazoni, que declara de Utilidade Pública a "Associação de Câmara Municipal do Paraná", com sede nesta Capital. Parecer **favorável da C.C.J.** — **Aprovado, artigo por artigo.**

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei nº 173/74, de autoria do Deputado Igo Losso, que declara de Utilidade Pública a Creche e Escola Maternal "O Bom Pastor", com sede e foro nesta Capital. Parecer **favorável da C.C.J.** — **EM REGIME DE URGÊNCIA — Aprovado, artigo por artigo.**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 26/75

Art. 1º — Ficam aprovados os convênios celebrados entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado dos Negócios da Segurança Pública e os municípios de Cambé, Campina da Lagoa e Catanduvas, objetivando estabelecer normas de mútua cooperação tendentes ao fornecimento de equipamentos para as Delegacias de Polícia locais, mediante aplicação de dotações do FUNRESPOL e de verbas dos orçamentos dos referidos municípios.

Art. 2º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 09 de abril de 1975

aa) ACCIOLY NETTO — Presidente

WALDENÍCIO BARBALHO — Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PARECER À PROPOSIÇÃO Nº 198/74

É encaminhado à apreciação desta Casa, convênios celebrados entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria de Segurança Pública e os municípios de Cambé, Campina da Lagoa e Catanduvas, objetivando estabelecer normas de mútua cooperação tendentes ao fornecimento de equipamentos locais, mediante aplicação de dotações do FUNRESPOL e de verbas dos orçamentos dos referidos municípios.

Cumpra, o Sr. Governador desta forma, determinação constitucional, uma vez que os convênios celebrados pelo Poder Executivo com a União, ou com os Municípios, necessitam da aprovação desta Casa.

O próprio texto dos tratados diz do interesse público da matéria, por isso o nosso parecer é favorável, nos termos do Projeto de Resolução anexo.

Pela aprovação.

Sub-censura.

Sala das Comissões, em 9 de abril de 1975

aa) ACCIOLY NETTO — Presidente

WALDENÍCIO BARBALHO — Relator

O SR. PRESIDENTE — Sobre a mesa, Requerimento de autoria do Sr. Deputado David Federmann, constante do Expediente, solicitando seja enviada indicação à Parantur, para que esta, em caráter de urgência, providencie a construção de uma casa de banhos popular, na Estrância Hidroclimática de Santa Clara, situada no município de Guaraçuva. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Valter Pietrângelo, constante do Expediente, solicitando a Secretaria de Segurança, que informe à esta Casa sobre a legalidade da atitude da Polícia Rodoviária, obrigar a compra, no local, de instrumentos que porventura falem no veículo fiscalizado. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Otássio Pereira, constante do Expediente, solicitando seja encaminhado apelo à Fundepar, no sentido de serem feitas melhorias no prédio onde funciona o Grupo Escolar "Nilson Ribas", na cidade de Florestópolis. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Otássio Pereira, constante do Expediente, solicitando seja encaminhado apelo à Copel, no sentido de serem substituídas as lâmpadas queimadas das ruas de Porecatu. — **Em discussão.**

O SR. GABRIEL SAMPAIO — Para discutir, Sr. Presidente.
O SR. PRESIDENTE — Fica adiada a discussão para a próxima Sessão.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Otássio Pereira, constante do Expediente, solicitando seja encaminhado apelo à Fundepar, no sentido de serem fornecidas carteiras escolares para o Ginásio Estadual de Porecatu. — **Em discussão.**

O SR. GABRIEL SAMPAIO — Para discutir, Sr. Presidente.
O SR. PRESIDENTE — Fica adiada a discussão para a próxima Sessão.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Gabriel Manoel, constante do Expediente, solicitando seja encaminhado apelo ao Sr. Governador do Estado, no sentido de que sejam determinadas providências visando a construção da PR-092, dentro do plano rodoviário do Estado, no trecho Jaguariaiva-Cerro Azul. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Lúcio Machado, lido da Tribuna, solicitando seja encaminhado expediente ao Sr. Secretário da Saúde e Bem Estar Social, através do Sr. Governador, para que se informe, nome e endereço, bem como as pessoas físicas que a ela integra, referente à firma que, ficou comprovado, haver entregue à população por tempo desconhecido leite com impurezas, prejudicial à saúde. — **Em discussão. Encerrada a discussão.**

A Mesa esclarece que o presente requerimento não é um Pedido de Informações, porque se assim o fosse, haveria de ter sido endereçado ao Procurador do Estado. Entretanto, pode a Mesa, se aprovado o Requerimento, pedir ao Sr. Secretário, se puder esclarecer à Casa. O requerimento na forma que foi redigido não pode ser encaminhado como Pedido de Informações. Em votação o Requerimento.

O SR. LÚCIO MACHADO — (Para encaminhar a votação)

O SR. ARAGÃO DE MATOS LEÃO — (Pela ordem) Parece-me que não foi colocado em votação.

O SR. PRESIDENTE — Vai discutir

O SR. LÚCIO MACHADO — (Pela ordem) Sr. Presidente, entendendo que meu requerimento a princípio foi colocado em discussão e no final ele já se encontra submetido a votação. Mas, Sr. Presidente, é bom que se esclareça o nosso pedido, não poderia ter sido feito se não diretamente ao Sr. Secretário de Saúde, porquanto a reunião foi feita por aquela Secretaria e chegou-se ao resultado, foi verificada a existência de uma cooperativa que entregava leite contaminado à população de Curitiba, logo no meu entendimento, data vênica, este requerimento é dirigido exatamente ao Sr. Secretário e não ao Sr. Governador.

O SR. PRESIDENTE — A Mesa informa ao nobre Deputado que a Assembléia não pode se dirigir ao Chefe do Poder como se o mesmo caso fosse a um outro Poder. Nestas condições a Mesa não sabe como, a não ser que o Deputado queira modificá-lo.
O SR. LÚCIO MACHADO — Solicito então, que a Mesa modifique o sentido do requerimento a fim de que traga as informações do Sr. Secretário.

O SR. PRESIDENTE – A Mesa defere a questão de ordem, para que seja feita nova redação ao Requerimento, como foi feito, para discutir, será apreciado na sessão de amanhã.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão, marcando outra para amanhã, dia 30, quarta-feira, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

3ª DISCUSSÃO – dos Projetos de Lei n.ºs 63, 75, 118, 139, 173 e 194/74.

2ª DISCUSSÃO – do projeto de Resolução n.º 26/75.

1ª DISCUSSÃO – dos Projetos de Resolução n.ºs 8/70 6/71, 52/73, e de Lei n.ºs 226, 230 e 281/73.

Levanta-se a Sessão.